

OUVIR O ESPAÇO GEOGRÁFICO: a formação territorial de Itabaiana (Sergipe) nas memórias

LISTENING TO THE GEOGRAPHICAL SPACE: the territorial formation of Itabaiana (Sergipe) in the memories

ESCUCHAR EL ESPACIO GEOGRÁFICO: la formación territorial de Itabaiana (Sergipe) en las memórias

João Pedro Celestino dos Santos

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS/Campus Professor Alberto Carvalho/Itabaiana-SE.
jpedro.celestino_2012@hotmail.com

Recebido para avaliação em 04/02/2018; Aprovado para publicação em 16/05/2018.

RESUMO

O presente artigo proporciona uma discussão sobre como o recurso da memória – construída socialmente – desempenha papel relevante na leitura geográfica do espaço. Esta leitura é realizada através do registro de memória de sujeitos sociais históricos e atuantes, residentes do município de Itabaiana, Sergipe. O principal objetivo é entender como estes sujeitos sociais contribuíram para a formação territorial desse município a partir, principalmente, da análise de temas e questões suscitados por cada um deles. Como recurso metodológico, a realização de entrevistas, apoiadas na História Oral. Os depoimentos registrados são analisados a fim de se obter um quadro de temas relativos à formação territorial de Itabaiana. A experiência com os depoimentos tem possibilitado a compreensão de marcas sociais e territoriais inerentes ao processo de exploração e formação do território: algumas passíveis de associações com a historiografia, outras próprias à história de vida das pessoas e à compreensão de seu espaço tempo.

Palavras-chave: Formação Territorial; Itabaiana; Memória; Geografia.

ABSTRACT

The present article provides a discussion on how the memory resource - socially constructed - plays a relevant role in the geographic reading of space. This reading is performed through the memory register of historical and active social subjects, residents of the municipality of Itabaiana, Sergipe. The main objective is to understand how these social subjects contributed to the territorial formation of this municipality, based mainly on the analysis of themes and issues raised by each of them. As a methodological resource, interviews were conducted, supported by Oral History. The recorded statements are analyzed in order to obtain a table of subjects related to the territorial formation of Itabaiana. The experience with the testimonies has made it possible to understand the social and territorial marks inherent to the process of exploration and formation of the territory: some of them may be associated with historiography, others are appropriate to the life history of the people and the understanding of their space time.

Keywords: Territorial Formation; Itabaiana; Memory; Geography.

RESUMEN

El presente artículo proporciona una discusión sobre cómo el recurso de la memoria - construída socialmente - desempeña un papel relevante en la lectura geográfica del espacio. Esta lectura se

realiza a través del registro de memoria de sujetos sociales históricos y actuantes, residentes del municipio de Itabaiana, Sergipe. El principal objetivo es entender cómo estos sujetos sociales contribuyeron a la formación territorial de ese municipio a partir, principalmente, del análisis de temas y cuestiones suscitados por cada uno de ellos. Como recurso metodológico, se realizaron entrevistas apoyadas en la Historia Oral. Los testimonios registrados son analizados a fin de obtener un cuadro de temas relativos a la formación territorial de Itabaiana. La experiencia con los testimonios ha posibilitado la comprensión de marcas sociales y territoriales inherentes al proceso de explotación y formación del territorio: algunas pasibles de asociaciones con la historiografía, otras propias a la historia de vida de las personas y la comprensión de su espacio tiempo.

Palabras clave: Formación Territorial; Itabaiana; Memoria; Geografía.

INTRODUÇÃO

A memória (como bem sabia David Hume) sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro (ROSSI, 2010, p. 24).

Como o espaço fala? Através das paisagens, de suas feições geomorfológicas. Mas, também por meio da sociedade que o nomeia e classifica, uma vez que o mesmo não se autodenomina. Logo, ouvir o espaço geográfico é ter audição concentrada nos discursos proferidos por seus sujeitos sociais. Ouvir o espaço geográfico requer muita atenção, pois às vezes ele fala e às vezes silencia; às vezes lembra e às vezes esquece. É preciso ter atenção às entrelinhas dos discursos e captar delas as respostas esperadas (ou não) para as perguntas suscitadas. E um dos grandes atributos utilizados nesta ação do ouvir, é a memória registrada por estes sujeitos sociais sobre o espaço nos anos de histórias e transformações de suas vidas.

Fazer uso da memória para a análise geográfica permite acessar um caminho, um suporte de informação através daquilo que é guardado na mente dos indivíduos, promovendo a busca de informações que corroborem ou não, com os dados historiográficos, geográficos, registrados oficialmente. A memória e a Geografia se complementam, a partir do momento em que a primeira oferece à segunda uma leitura espacial sob a perspectiva particular de cada sujeito social que está imbuído no espaço onde vivenciou/vivencia sua existência.

A memória vai se caracterizar, portanto, de suma importância para a busca de informações, ideias e acontecimentos sobre uma historiografia e uma Geografia do espaço e de sua formação.

O uso da memória¹ no estudo da formação territorial se justifica pelo fato da mesma revelar uma leitura do espaço, levando em consideração a discussão que se configura entre pesquisadores que, na maioria das vezes, realizam produção científica historicamente pontual, “menosprezando” os discursos e leituras históricas e geográficas dos indivíduos, como sendo importantes para a compreensão da sociedade e de sua relação com o espaço. Afinal, como afirma Meihy (2013, p. 32), “com a própria memória, cada um aprende que tem algo a dizer sobre seu lugar no mundo, sobre suas escolhas e decisões”, e principalmente sobre a sua contribuição na produção do espaço.

Compreender os pontos de diálogos entre memória e Geografia requer inicialmente delinear o que se compreende acerca da memória e da Geografia. Desta, a categoria espaço é produzido através das relações de trabalho existentes na sociedade. Este espaço, por sua vez, é tomado como “próprio” a partir da conquista, da apropriação, do controle, da exploração, da expansão e da concentração como se referiram Moraes e Costa (1982) ao explanarem sobre o território. E a memória como ferramenta de análise do espaço, a partir dos pontos de vista de cada indivíduo, que “armazena” em sua mente imagens do espaço que foi produzido socialmente numa dada temporalidade.

Tendo em vista essa perspectiva de análise do espaço, ou melhor, do território (uma vez que o domínio do espaço, enquanto categoria teórica, é amplo à memória) acerca da proposta de conquista, domínio e uso, a memória enseja a formação territorial do município de Itabaiana/SE ao longo dos séculos XVII (quando de sua ocupação colonial, apontando os aspectos centrais dessa formação, como a agricultura, a pecuária, a disponibilidade de água, entre outros temas e questões) e XX, para compreender o processo que desencadeou a configuração do mesmo na contemporaneidade.

Logo, o objetivo central deste artigo é realizar uma análise espacial através do resgate da memória de sujeitos sociais que, por ora, são/foram negligenciados dos/nos registros oficializados da história de um povo, de um lugar ou de um acontecimento. Vale ressaltar que estes sujeitos são os principais responsáveis pelas transformações ocorridas nos espaços onde estão inseridos. Logo, através desses registros de memórias (explícitas ou implícitas, lembradas ou esquecidas, ditas ou silenciadas) é possível atribuir confirmação ou refutação de fatos, ou seja, uma confrontação de dados sobre os aspectos sociais e espaciais do território, e, principalmente, novos dados sobre o espaço geográfico.

¹ O registro de memória associa-se à História Oral, que enfrenta um debate epistemológico durante o tempo no que concerne à sua condição de disciplina ou metodologia, como esclareceu Montenegro (2015). Segundo Barros (2009), a História Oral cunha a compreensão e problematização da realidade.

TERRITÓRIO: breve concepção e análise

A ciência geográfica promove uma análise espacial a partir de diferentes categorias que trazem consigo perspectivas e ideologias que são lançadas sobre dado objeto, com o intuito de suscitar discussões sobre a relação sociedade natureza. Entre estas categorias de análise a paisagem, o lugar, a região, o sertão, as redes, o território. Esta última é o principal vetor que dará o encaminhamento da presente discussão. Uma escolha intencional, pois a partir dela se podem compreender as relações sociais, com veemência, levando em consideração as relações de poder sobre a sociedade e o espaço, além de promover uma leitura das contradições existentes no encaminhamento da sua formação.

O território é produzido a partir das relações materiais e imateriais. Materiais pelo fato de comportar mecanismos como a propriedade e o trabalho, cunhados na dimensão imaterial da ideologia, das disputas entre homens nos seus respectivos grupos e classes. Isso sem perder de vista a noção de controle, de apropriação e de dominação do espaço. A sociedade, então, é a principal responsável por esta produção, como explana Moraes (2011, p. 18), “(...) o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza”.

O território é produzido pela sociedade numa temporalidade, ou seja, historicamente. Logo, essa produção é realizada a partir do momento em que os indivíduos se firmam sobre o espaço e estabelecem o desenvolvimento de atividades que o certifique. A grande maioria dos estudiosos refere-se ao território como produzido pelas relações de dominação entre os homens, em que um é subordinado aos interesses do outro, sendo este espaço configurado de acordo com as determinações hierárquicas. Então, quando os indivíduos se apropriam do espaço – a princípio, “vazio” – encontram formas de usufruir dele se apoiando nos interesses pessoais. Uma lógica presente na colonização brasileira – os sertões – e reconfigurada como uma das matrizes atuais de destruir o campo e os camponeses. Tese essa, defendida pelos grupos e classes sociais mais abastadas e que comandam as decisões políticas, principalmente, procurando “soterrar”, com suas imposições, a ideologia, o pensamento crítico, as condições de existência daqueles que são considerados como os “dominados” (índios, negros, e minorias).

Tendo em vista esta perspectiva, o território vai ser constituído como uma área limitada, que determina a divisão entre dois ou mais territórios. Logo, vale ressaltar que este é criado e diferenciado de acordo com seus contextos históricos, por exemplo, os

territórios dos antigos impérios “europeus” não são mais os mesmos e se constituíram em novos, determinando configurações espaciais denominadas, atualmente, de países. Todavia, na maioria das vezes, sem perder de vista suas referências no tempo pretérito, como uma forma de assegurar a origem o controle sobre a terra, a imposição das fronteiras. Outro exemplo relevante é o limite estabelecido em 1494 denominado de Tratado de Tordesilhas, onde dividia o território “sul-americano” em dois, sob o domínio de Portugal e Espanha, que durante o tempo foi transformado, dando uma nova “feição” a esses espaços. Segundo Souza (1995, p. 81), os “territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”. E ainda segundo ele

[...] os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta –, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território... (SOUZA, 1995, p. 84).

Então, pode-se expressar que a dinâmica das fronteiras territoriais é posta com a influência das relações de poder que estão envolvidas nestas questões. Os detentores do poder – sejam indivíduos, ou escamoteados sob instituições – buscam se apropriar de espaços que lhes garantam possibilidades diversas de mantê-los na condição de dominadores. Alguns casos podem ser ressaltados como o processo de domínio no Oriente Médio, nas áreas onde apresentam uma capacidade produtiva de petróleo; ou na luta por territórios tidos como sagrados; ou nas guerras civis, tanto no Oriente quanto na África. Ou mesmo nas lutas por terra no Brasil, conflitos onde são gerados territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos grupos/classes envolvidas nessa configuração social e espacial.

Formar um território não é tão simples quanto se pensa. Esse processo requer a admissão de pontos estratégicos capazes de estruturar uma área, um limite, um domínio. Por isso Moraes (2011, p. 21) ressalta que “o esmiuçamento dos processos de formação territorial indica que seus resultados são construções bélicas, jurídicas e ideológicas”. Pode-se verificar, dentro dessa perspectiva, que é uma construção bélica no sentido de ser formado a partir de um conflito entre diferentes poderes, jurídico no sentido do estabelecimento de determinações de leis e regras que impõe sobre o espaço o direito de ser usufruído conforme as necessidades de seus dominadores, e por fim, ideológica pelo fato desse espaço “transbordar” de concepções e ideais daqueles que o dominam.

Nesse universo de possibilidades, o território também ganha um sentido de influência política, como se refere Moraes (2011, p. 19): “o território teria em sua gênese um movimento de expansão e conquista de espaços, o que localiza também num lugar importante no universo de preocupações da geografia política e da geopolítica”. A palavra conquista vai ganhar um importante destaque nesta produção, é só lembrar as ações realizadas por Portugal no século XV, onde procurou expandir seu território, mesmo em outro continente, a fim de se tornar uma “potência” mercantil na época. E isso partiu de um ideal político desta nação.

Imbuído nesse caráter político e de expansão territorial, vale a pena ressaltar que o intuito de dominar integralmente novos espaços, os grupos ou classes dominantes dispõem de uma necessidade impar de lançar sobre esse espaço as suas ideologias e sua identidade.

Pode-se considerar que os processos de formação territorial envolvem sempre, em algum nível e em algum momento, uma faceta de colonização (em sentido amplo), expressa na difusão do modo de vida da sociedade que o empreende ou em sua expansão diretamente política [com a conquista de “novas” terras] (MORAES, 2011, p. 23).

Daí compreende-se que a constituição de uma colônia na América pela Espanha e Portugal, mais precisamente, refere-se a uma experiência de expansão de seu domínio e uma imposição nova na configuração social e espacial desse espaço.

O Brasil é um excepcional exemplo de território dentro da análise que foi dada até o presente momento a esta categoria geográfica. Este país passou (e passa) por um processo de conquista, apropriação, expropriação, controle, domínio, dinâmica fronteira e uma imposição política e ideológica.

A formação territorial do Brasil deu-se a partir do controle exercido nessas terras por Portugal, a partir do século XVI. A configuração social e espacial do Brasil, inicialmente como Colônia, se baseou numa ocupação litorânea, numa produção agrícola de monocultura, principalmente de cana-de-açúcar, numa relação hierárquica – onde as ordens eram ecoadas da Coroa Portuguesa –, numa relação de trabalho escravista e entre tantas outras características.

A favor de alguns e contra todos, Portugal proporcionou uma conquista mascarada com uma ideia de progresso e “assassinando o atraso” que foi encontrado no “Novo Mundo”. Provocou uma formação territorial ao mesmo tempo em que revelou uma desterritorialização massiva de povos originários, de espaços naturais e de povos que não “pertenciam” a este território e ainda estabeleceu o direito de usufruir desse espaço.

A Coroa Portuguesa tomou posse do território brasileiro por *aquisição originária*, isto é, por *direito de conquista*. Por essa razão, todas as terras “descobertas” passaram a ser consideradas como terra virgem sem qualquer senhorio ou cultivo anterior, o permitiu que a Coroa pudesse traspassá-las a terceiros, visando com isso assegurar a colonização (ABREU, 1997, p. 204).

Esse direito, não levou em consideração as diversas atividades que já eram realizadas pelos povos que habitavam, inicialmente, esse espaço, pois, segundo Silva (1990, p. 65),

[...] os tupis-guaranis já eram portadores de uma tradição cerâmica e de uma agricultura importante, praticada em clareiras da floresta, em forma de *long-fallow*, tendo domesticado o feijão, a mandioca, a abóbora, a batata-doce, o cará, o amendoim, a banana, além de fazerem amplo uso do milho.

Além de tudo, a ocupação desse território, principalmente, no caráter de distribuição e uso da terra, segundo Silva (1990, p. 88), “baseou-se, fundamentalmente, na distribuição barata da terra e no acesso fácil ao trabalho compulsório, particularmente no período entre 1550 e 1750”. Quando, então vigorada a chamada Lei de Terras, estabeleceu-se oficialmente a propriedade privada. Mas antes disso, o que haja sido enfatizado eram as sesmarias – concessão de terras pela Coroa para uso e produção a indivíduos que tinham uma relevância social – e que, de acordo com Abreu (1997, p. 203) “é impossível entender o período colonial sem que se faça referência ao sistema sesmarial, que só foi abolido às vésperas da Independência”.

Este território foi produzido também à custa do processo migratório “forçado” (MORAES, 1996, p. 146) e de um trabalho compulsório por parte dos escravos africanos (e também indígena). Além disso, a apropriação do território brasileiro durante o tempo contribuiu, como assinalou Andrade (1996, p. 163), para a “destruição e a degradação do meio ambiente”, pois se alocou produções em larga escala, as explorações extrativistas vegetais, animais e minerais.

No lócus da discussão – Itabaiana/SE – esse processo de formação territorial não foi particular, apesar de algumas singularidades. Muitas das características embasadas na constituição do território brasileiro estiveram presentes neste espaço. O grande viés da ocupação de Itabaiana foi o interesse pelas possíveis explorações das “minas de ouro e prata” no conjunto de serras que circundam este território. Souza (2005, p. 60-61) explana,

Que tesouros o autor da natureza tem depositado em uma eminente serra bem conhecida com o nome de Itabaiana, longe uma légua da vila, que da dita serra

tem o nome! Que aumento de riqueza teriam os pobres habitantes deste termo na mineralização do ouro.

Riquezas? Sim. Riquezas estas que foram sendo conhecidas ao longo do tempo. Numa dimensão territorial diferente da qual se apresenta na contemporaneidade. Itabaiana ocupou espaços que hoje são pertencentes a domínios de outros municípios como Frei Paulo, Ribeirópolis, São Domingos, Areia Branca e outros. Segundo Souza (2005, p. 59), o território de Itabaiana, enquanto Vila, “da parte do sul divide com o Lagarto pelo rio ao norte com Santo Amaro das Brotas pelo rio Sergipe, tendo dez léguas de comprimento e dezesseis léguas de largura”. Nesta estrutura se desenvolveu atividades agrícolas vinculadas à produção de cana-de-açúcar, de algodão, de gado e produtos para subsistência como a mandioca, o milho e legumes.

Itabaiana começou a ser ocupada colonialmente a partir do século XVII e compreendeu-se numa caracterização de habitantes de origem indígena, europeia (portugueses, sobretudo) e africana. O trabalho escravo dos povos africanos foi de primordial importância para a economia do Arraial, da Vila nesta época de Colônia. Itabaiana foi elevada a categoria de cidade em 1888 – ano da abolição da escravatura – e, segundo Carvalho (2000, p. 23), “o número de escravos matriculados nas estações da Fazenda Geral (...) chegava à casa de 3.295, enquanto 154 eram livres”. E mais, já era evidente que havia um poder emergente com influência de uma monarquia que definia as leis e regras políticas que se firmavam sobre este espaço.

Esta breve análise sobre os territórios do Brasil e de Itabaiana são muito relevantes para que se possa entender como as relações sociais, capitais e produtivas foram se estabelecendo no espaço durante o tempo, contribuindo para a compreensão da configuração atual deste.

A categoria principal desse estudo – o território – é estudada, principalmente, a partir da leitura dos sujeitos sociais que estão nele imbuídos com o atributo da memória – individual e coletiva – como será enfatizado adiante.

O USO DA MEMÓRIA NA LEITURA DO ESPAÇO

Um dos maiores desafios de entender o espaço geográfico está, principalmente, no imperativo ato de erigir uma leitura do mesmo a partir do registro de memórias de sujeitos sociais que são os maiores responsáveis pela produção e transformação territorial ao longo do tempo. Esses sujeitos guardam consigo uma vastidão de informações que, por ora,

foram/são negligenciadas pela maioria dos pesquisadores nos documentos oficiais e a principal forma utilizada por eles é a análise de dados e fatos pontuais da história da sociedade, tendo esses mesmos dados e fatos como relevantes para todas os grupos/classes sociais.

Os sujeitos oriundos de classes sociais menos favorecidas economicamente são, também, históricos e atuantes. Eles não estão omissos às condições sociais e espaciais que, na maioria das vezes, lhes são impostas. Eles se fazem presentes na determinação da produção territorial. E a melhor forma de saber como isso acontece é quando se procura “dar ouvidos” às suas expressões orais, que revelam informações até então desconhecidas pelos pesquisadores (é também uma característica da colonização o formato de história, de conhecimento que pouco leva em conta os “excluídos”).

O uso da memória – nesse caso de expressão oral, pois, conforme Santos (2012, p. 58), “não podemos separar a memória da linguagem” – está relacionado aos discursos individuais e coletivos, que jazem no interior da mente humana. Segundo Santos (2012, p. 64), a memória refere-se a “(...) percepção, reconhecimento e reminiscência – como o processo pelo qual construímos o passado quando nos encontramos diante de toda uma massa ativa de experiências pretéritas organizadas”.

É importante ressaltar que a memória é produção social, assim como o espaço geográfico. Mesmo que a memória seja registrada no interior da mente do indivíduo, não perde de vista a coletividade, pois o que acontece é uma interação entre os homens que lhes proporcionam fatos, acontecimentos e registros do que vivenciam durante o tempo. Então, de acordo com Santos (2012, p. 41), “tudo o que lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente” e garante formulação de imagens sobre a configuração social e espacial em que estão inseridos.

A grande questão, em suma, é buscar nos sujeitos sociais imagens de um tempo pretérito que se constituem como um “ponto chave” para a compreensão do espaço na contemporaneidade, principalmente. O sujeito vai descrever as formas, os pensamentos da época, as funções dos espaços, os ofícios que lhes garantiam subsistência, bem como suas relações com espaço, entre tantas outras informações que proporcionam um estudo de forma legitimada do território.

É falso pensar que tudo aquilo é desejoso de saber será revelado pelo sujeito social. Tem-se o “risco” de não obter alguma informação porque, com base em Pollak (1992, p. 4), “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Podendo,

ainda, as memórias serem silenciadas nos discursos orais ou apenas serem induzidos ao esquecimento. Como se refere Rossi (2010, p. 32),

[...] há muitos modos de induzir ao esquecimento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo. O “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar a verdade, destruir a verdade.

Com isso pensa-se que o indivíduo que produz, reproduz e molda o espaço no tempo não tem o direito de se expressar livremente, sem medo de retaliação, pelo fato de “incorporar” uma visão ideológica construída por aqueles que dominam o território e que homogeneiza a história proibindo, como enfatiza Flávio (2013, p. 127), que os demais indivíduos explanem sobre seus posicionamentos frente à configuração em que estiveram, ou estão inseridos. Então, “diante da hegemonização da História dominante, os grupos/classes sociais subalternizados têm suas imagens de memória soterradas, esquecidas, clandestinizadas ou até mesmo ‘proibidas’ de serem dadas como parte da história”.

Logo, os sujeitos sociais são, muitas vezes, impedidos de falar por terem vivenciado experiências que lhes conferissem um temor. Um exemplo é falar sobre a questão da violência, onde é possível perceber que há uma mudança no comportamento do mesmo, a entonação da voz fica mais baixa ou se limitam a explicar sobre o que lhes são mais cômodos.

A memória é viva e precisa ser vitalizada sempre. As memórias podem estar grafadas ou simplesmente impressas na mente humana e leva aquele que a registra (o pesquisador) a embarcar numa viagem que mostra inúmeras configurações sociais e espaciais de um passado que viabilizou o presente.

Pensar sobre memória² no estudo da Geografia – principalmente sobre a conformação territorial de Itabaiana – é dar evidência aos discursos salientados pelos sujeitos sociais sobre o território e sua participação na construção do mesmo. Fazer uso da memória, principalmente nos dias atuais, é de suma importância, pois através dela os grupos sociais se organizam para lutar e defender seus direitos e suas conquistas, contemplando os discursos de indivíduos numa coletividade que marcaram época, nas mais

² Segundo Barros (2009, p. 61), “a História Oral (...) é reforçada pela nova ênfase na pessoa comum, nos indivíduos que habitualmente estão excluídos, enquanto singularidades, dos documentos escritos oficiais, dos jornais, das crônicas.” Logo, a importância do registro de memória desses sujeitos.

diversas manifestações de homens e mulheres que rememoram sobre os acontecimentos pretéritos em épocas e contextos distintos.

Debruçar-se a ouvir o espaço geográfico, que diz mais do que se pode ouvir, é inquirir-se sempre sobre o que este pode dizer e compreender que a relação atual entre a sociedade e o espaço retoma a um passado que a constituiu. Adiante, uma análise das memórias registradas de sujeitos sociais do município de Itabaiana, onde é possível analisar as questões levantadas nesses discursos a partir da confrontação de informações documentadas sobre o território em questão.

OS REGISTROS DE MEMÓRIAS SOBRE O TERRITÓRIO DE ITABAIANA: uma análise dos discursos dos sujeitos sociais atuantes

As memórias dos sujeitos sociais apresentam um conhecimento próprio do espaço em que os mesmos estão imbuídos. Estes sujeitos, por sua vez, estão envolvidos numa dimensão de sujeitos que podem ser somente, visíveis e audíveis aos seus olhos e ouvidos, respectivamente, contemplando em seus discursos aspectos condizentes com o processo de formação territorial de Itabaiana como a agricultura (principal atividade econômica desde o período colonial), a pecuária (que se fundamentou no processo de ocupação interiorana, em geral, do território brasileiro), os “caminhos” (para a integração de povoações), a urbanização (e suas transformações), a questão da água (disponibilidade, principalmente), as manifestações culturais (exclusivamente, as religiosas) e o discurso da existência do ouro e da prata nesse território.

Os registros dessas memórias foram realizados a partir de entrevistas³. De acordo com Silveira (2007, p. 39), “o pesquisador deve interpretar e analisar a entrevista como fonte, uma *fonte oral*”. As entrevistas foram realizadas com alguns moradores no município de Itabaiana, zona rural e urbana, ao considerar que na produção do espaço as relações campo-cidade são indissociáveis. Estes diálogos promoveram uma interação constante entre o pesquisador e o entrevistado, proporcionaram a construção de um conhecimento individual e coletivo da produção do território ao longo do tempo, por diferentes gerações e contextos históricos. As perguntas abertas e fechadas e as possíveis respostas cobrem, na maioria das vezes, um conhecimento entre gerações de algumas décadas. Esses registros de memórias são, também, associados a outras formas de memórias – os documentos

³ As citações referentes aos sujeitos sociais foram extraídas das entrevistas concedidas por cada um deles ao autor deste artigo. Logo, as informações que estão sendo usufruídas aqui são corroboradas com o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido, que possibilitou o registro dessas memórias.

considerados oficiais – que dão embasamento teórico a respeito dos temas e das questões levantadas pelos sujeitos sociais. Deixa-se atestado aqui, que intercalar, ou não, com esses documentos, serve para associar (se esta ação seria a mais apropriada em tempo que sempre houve uma rejeição do conhecimento popular) o conhecimento do senso-comum com o científico a fim de promover um diálogo contínuo sobre as configurações sociais e espaciais do território itabaianense.

Inicialmente, Itabaiana foi sendo constituída colonialmente no século XVII a partir da ocupação dos portugueses nesse território. Inquiriu-se: quais seriam os interesses desses povos em ocupar/dominar/controlar/explorar/construir nesse espaço, interiorano e, relativamente, distante do litoral, sua principal área de atuação, principalmente pela questão do escoamento de produtos para e da Europa? Quais eram as vantagens em se estabelecerem aí? Que possíveis riquezas teriam neste território para serem exploradas? As barreiras geológicas-geomorfológicas não seriam um gargalo que os impediriam de atuar nessa região?

Questões como estas são relevantes para poder pensar e dialogar a formação territorial de Itabaiana.

Um grande motivo pelo qual os portugueses tenderam a se estabelecer sobre esse espaço foi interesse eminentemente econômico e de poder, a partir da exploração de ouro e de prata nas “possíveis” minas no século XVII, no conjunto de serras que compõem esse território. Esse caso pode ser associado ao discurso proferido pelo senhor C.S. (2017) que afirma, veementemente, por experiência própria, que na chamada Serra de Itabaiana existe ouro, pelo fato de um indivíduo, que ele chegou a conhecer no passado, ter encontrado esse mineral nesta localidade. Isso dá sustentação ao ideal de riqueza e de prosperidade existente no município até os dias atuais.

A exploração de metais preciosos em Itabaiana, possivelmente, poderia trazer grandes vantagens econômicas para esse “município”, mas, quando se analisa a historiografia itabaianense, percebe-se que essa atividade não se consolidou, conforme os interesses dos conquistadores. Em vista disso, a “saída” para promover a exploração do território deu-se na ênfase à produção agrícola num denso espaço onde se produzia cana-de-açúcar, algodão e outros produtos para subsistência. Essa atividade se firmou de maneira tão nítida sobre a vida dos vários sujeitos sociais que residem nesse município atualmente. Os principais exemplos são os relatos registrados do senhor J. S. (2016), para o qual “a agricultura sempre foi o seu ofício principal... e cultivava macaxeira, milho, amendoim etc.”; e o senhor J. S. (2017) relatou que:

Sempre trabalhou com a agricultura... fazia roças de milho, feijão e fava; e como de costume, no dia do santo católico São José – ‘chovendo ou fazendo sol’ – ele cultivava seus produtos, inclusive o milho para colher na época de São João [mês de junho].

Essa atividade também faz parte da memória do senhor J. A. C. S (2017) como segue:

Tinha como ofício a agricultura – é lavrador – e trabalhava para subsistir em alguns “pedaços de terra” que eram concedidos por seus donos, para que pudesse produzir e vender o excedente. Plantava e vivia da roça – fazia, também, as malhadas – e cultivava milho, feijão, mandioca e amendoim.

Via de regra, a agricultura teve grande expressividade nessa configuração de produção territorial de Itabaiana. Isso vai constituir recortes bem definidos de propriedade privada que foram se constituindo durante o tempo – as fazendas e os sítios – como demonstra Nunes (1975, p. 411):

À medida que a agricultura ia desenvolvendo-se “em aberto”, fixando o colono e, assim, ocupando, territorialmente, uma grande parte da Villa na base da pequena propriedade (os sítios), que ainda hoje é a característica marcante do município de Itabaiana, se deu o choque entre lavradores e criadores.

Com isso, a atividade pecuária também foi sendo incorporada no território, mas, segundo Souza (2005, p. 59), em Itabaiana, princípios do século XIX, “criam pouca porção de gado, que não chega para a sustentação dos habitantes”. Uma das características mais restritas à criação de gado nessa época foi, justamente, a necessidade de se explorar o interior do território. A partir disso, elucida a questão que coloca em evidência a prática da pecuária para a formação da povoação de Itabaiana, como ponto de referência para a constituição de feiras e o desenvolvimento da cidade, como se refere Firmino (2014, p. 2601):

A cidade itabaianense, no interior do estado de Sergipe, surgiu como povoado, e, posteriormente consolidou como cidade – a partir da feira, nesse caso, a feira de gado. Itabaiana de certa forma servia de ponto de parada ao deslocarem o gado de uma cidade a outra, ou mesmo para a sua própria comercialização.

A memória coletiva do jovem E. A. (2017) aguça ainda mais esse apontamento. Ele, desde muito cedo – quando ainda criança – começou a participar junto com seu pai e com seu avô da prática da pecuária – tanto a criação, quanto a comercialização. Segundo a

memória registrada desse sujeito, “o avô participava muito das feiras de ‘troca de gado’ em Itabaiana”. E ainda explanou que

Ele vinha com o avô “a pé” do seu povoado para a cidade, trazendo o gado para ser comercializado. Segundo seus conhecimentos, transmitidos de geração para geração, nessa feira tinha pessoas dos municípios de Lagarto, Nossa Senhora Aparecida, Tobias Barreto e Canindé de São Francisco.

Esse posicionamento ratifica a ideia de que Itabaiana, desde sempre, integrou um polo atrativo de produção, comercialização e consumo de determinados produtos, nas mais diversificadas atividades.

Para não perder de vista esse viés de mobilidade e de produção espacial, os “caminhos” ganham relevância para a análise do território de Itabaiana, bem como a sua consolidação, principalmente pelo fato de integrar diferentes regiões e possibilitar a povoação em determinados pontos do território. Esses “caminhos” estão, ainda, radicado nas memórias registradas dos sujeitos sociais. Existiam “caminhos” – e ainda hoje existem – que ligavam diversas povoações durante o tempo. Esses “caminhos” integravam o sertão ao litoral, pela mobilidade do gado e pequenos transportes, como a carro de boi ou as carroças de cavalo.

Uma caracterização geográfica preliminar sobre Itabaiana pode ser obtida nos diálogos entre as fontes escritas e os registros de memória. Atualmente, é cortada pela rodovia BR 235 – construída no primeiro decênio da segunda metade do século XX – que integra o estado da Bahia e o de Sergipe, contatando com a rodovia BR 101 que integra a região Nordeste e a região Sul do Brasil. Segundo o sujeito social J. S. (2017), com relação à rodovia BR 235, “não tinha aí nenhum caminho (estrada) pré-existente” e a mobilidade de transportes e de pessoas era realizada por estradas vicinais. Ainda segundo o mesmo, “para se locomover de Itabaiana a Aracaju, era com caminhão ‘pau-de-arara’ ou de ônibus que saía da rodoviária”. De acordo com Carvalho (2000, p. 37), “a estrada para Laranjeiras era utilizada pelo itabaianense para chegar até a capital sergipana, se constituindo numa via aberta no meio da mata”⁴.

Estes aspectos proporcionaram significativas transformações no município, sobretudo na cidade de Itabaiana. O senhor J. S. (2017) é residente de um bairro dessa cidade e ao esmiuçar a sua memória ressaltou que

⁴ Realizada a adequação da linguagem, mas sem alterar o sentido.

Há 40 anos quando chegou ao Campo Grande toda área ao redor era sítio (rural); relatou que sua irmã trabalhou plantando verdura num desses sítios. À medida que o tempo passou, seus donos foram vendendo esses sítios para irem morar em outros lugares, o espaço foi se transformando.

A partir dessas alterações, algumas formas espaciais se moldaram e foram sendo locadas em outros lugares. A Igreja Matriz de Santo Antônio e Almas de Itabaiana sempre se manteve central na cidade e ao seu redor constituíram-se moradias, comércios, prédios administrativos, inclusive a feira. Esta última mudou-se de lugar algumas vezes e o mercado hortifrutigranjeiro, localizado atualmente no centro da cidade, foi construído a partir do soterramento de um tanque, chamado de “Tanque do Povo”. Além disso, pode-se citar que outras estruturas, de acordo com discursos dados por sujeitos sociais moradores de Itabaiana, foram sendo transformadas durante o tempo. Por exemplo, a Praça de Eventos era apenas um espaço de chão (terra) sem calçamento, onde se desenvolviam atividades de entretenimento em diversas épocas do ano; o hospital se localizava em outro lugar na cidade; um riacho cortava o centro da cidade, mas atualmente é apenas um canal de esgotamento sanitário, entre outras alterações. Estas mudanças também são encontradas nas memórias. Segundo o senhor J. C. S. (2017), a cidade “era grande, mas ‘hoje está muito mais moderna, tem supermercado, tem calçamento, asfalto, tem praça e antes não tinha quase nada’. As ruas centrais eram calçadas e as adjacentes não eram”. C. S. (2017), quando registrada a sua memória sobre Itabaiana, expressou que “a cidade evoluiu bastante em termos de população e urbanização, principalmente, a partir da década de 1970”, em virtude das atribuições administrativas que promoveram reformas em infraestrutura neste meio.

Ainda na sua caracterização, o território está imbuído numa área de clima semiárido, onde a pluviosidade não é tão significativa quanto no litoral. Itabaiana, portanto, faz parte de uma região relativamente seca onde há pouca oferta ou a falta de água lhe é atribuída. Em relação a isso, Souza (2005, p. 64) explana sobre essa questão de quando Itabaiana ainda era vila.

Os moradores vão buscar água em lugares distantes uma légua da vila, porque dois tanques em que se depositam as águas da chuva, um chamado do Povo e outro Pedreira, não podem fornecer água no tempo do verão, porque não só é nociva e imunda como secam pelo calor da estação: isto mais concorre para a desvantagem desta vila.

Contudo, é comum encontrar, atualmente, nos mais diversos povoados do município de Itabaiana, mesmo com a disponibilidade de água encanada em alguns, muitos

tanques e fontes d'água que foram e/ou continuam sendo utilizados de maneira coletiva. Essas fontes, em sua maioria, são comunitárias e em outros casos estão dispostas em propriedades privadas, como é o caso do senhor J. S. (2016), o qual afirmou que a água utilizada para consumo (beber e cozinhar) era da fonte d'água que permanece até os dias de hoje, ativa em sua propriedade. E, como de costume, na zona rural, a água da “fonte de beber” sempre foi compartilhada entre os vizinhos.

Essa prática é bem ilustrativa da ideia do povo solidário de Itabaiana, pois compartilha coletivamente de recursos que, por ventura, são limitados.

Em termos de manifestações culturais, os sujeitos sociais revelaram em seus registros de memória que os residentes de Itabaiana se expressaram de diferentes maneiras. Mas, no início do século XX, de acordo com Carvalho (2000, p. 28),

As diversões eram limitadas. Em geral, os grandes acontecimentos do ano se resumiam às festas religiosas, Semana Santa, à procissão de Santo Antônio antecedida pelas novenas e trezenas, a procissão de Nossa Senhora da Conceição, entre outras... e os festejos natalinos.

Essas manifestações, também são de relevância para o entendimento da incorporação dos segmentos culturais advindos dos povos europeus, mas também indígenas e africanos. Sem perder de vista a grande influência do catolicismo nesse território, as igrejas geralmente se dispunham centralizadas ou mesmo no alto de colinas, como forma de apresentar um poder sobre dado povo ou território. Os ideais católicos fazem, via de regra, parte da vida e da memória dos sujeitos sociais históricos e atuantes. O senhor J. S. (2016) relatou, por exemplo, “que em termos de manifestações culturais – “festas”, saberes e fazeres – ocorria procissão com zabumba, apresentações de reisado, xaxado, festas de santos católicos”. E, ainda, o senhor J. A. C. S. (2017) ressaltou que “antigamente o povo era muito religioso e que tinha muita reza nas igrejas ou nas casas que tinham santos, faziam procissões em época de quaresma e em todo o ano”.

Os mais diversos aspectos relevantes à formação do território de Itabaiana foram registrados nas memórias desses sujeitos sociais, históricos e que atuam sobre o espaço em diferentes contextos.

A prática da agricultura é a atividade que mais está imbuída nos discursos desses sujeitos, revelando um mecanismo de apropriação territorial que mais teve êxito na constituição do território brasileiro, e o itabaianense. Em meio à grande produção de cana-de-açúcar, e o algodão, o uso da terra se deu também a partir do cultivo, para subsistência, de mandioca, feijão, milho, entre outros produtos.

A pecuária que se caracterizou foi fixada com afincos na produção do território de Itabaiana, principalmente quando se analisam as fazendas desse município com criação de gado, sobretudo, bovino.

Enfim, os temas e as questões referentes à formação do território deste município, seja a urbanização, os “caminhos”, seja a disponibilidade de água, estão “armazenados” na memória desses sujeitos sociais que, por sua vez, é construída socialmente sob uma relação tempo e espaço. As noções sobre suas participações nesse processo podem diminuir as desigualdades sociais que também perpassam pela consciência sobre o que se é o sentido social de cada sujeito histórico no tempo e no espaço geográfico. Consciência para diminuir os silêncios, os sertões perniciosos, os espaços ‘vazios’ da exploração e ocultamento da violência nas sombras muitas vezes do discurso de uma ciência de poucos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a formação do território de Itabaiana através da memória ganha um caráter desafiador, a partir do momento em que se buscam nos sujeitos sociais imagens geográficas da produção do território, para entender a dinâmica de constituição nesse processo de construção e de transformação. A própria memória contém territórios entre o esquecer e o lembrar.

A memória individual e coletiva sobre o espaço em que estão imbuídos permite alijar um olhar geográfico sobre os discursos proferidos por estes. Essa memória, como já explanado, é construída a partir das relações sociais.

A memória, aqui usufruída, vem conferir uma relevância para a história oral de indivíduos, que são, por ora, “menosprezados” nos documentos oficiais sobre a historiografia de dado recorte territorial. Os discursos utilizados para desenvolver a leitura historiográfica e geográfica do espaço são apenas aqueles relatos pontuais, conclamados pela influência das relações de poder – os grupos e classes dominantes – que emergem dentro do território e o controla.

As indagações realizadas no item anterior podem, portanto, ser debatidas a partir de análises de informações como as explanadas pelos sujeitos sociais, que ratificam ou refutam os dados contidos nos escritos oficiais.

Memória e Geografia se complementam. Para o estudo das relações da sociedade com o espaço, nada melhor que ouvir essa mesma sociedade que produz o espaço. A sociedade promove a configuração de imagens próprias, que através de um olhar “leigo”,

não percebe a real dinâmica existente no espaço. Ela vem desvelar questões que podem ser induzidas ao esquecimento, para que se possa compreender o processo de formação do território.

Ouvir o espaço geográfico não cessa. Ouvir esse espaço através das memórias revela condições e contextos que estão desconhecidos pelos estudiosos que se privam de escutá-lo. Para não concluir, o espaço, entranhado nas memórias individuais e coletivas, diz muito mais do que se pode pensar e precisa de ouvidos que se dêem para os seus discursos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território do Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-240.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf>. Acesso em: 11 maio 2018.

CARVALHO, Vladimir Souza. **A República Velha em Itabaiana**. Aracaju, SE: Fundação Oviedo Teixeira, 2000.

FIRMINO, Paul C. S. A feira livre no desenvolvimento econômico agrestino: o caso de Arapiraca/AL e Itabaiana/SE. CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES – CIETA, 6., 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Estudios Territoriales, 2014. p. 2597-2614. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo3/Paul%20Clivilan%20Santos%20Firmino.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

FLÁVIO, Luiz Carlos. A Geografia e os “territórios de memória” (as representações de memória do território). **Revista Faz Ciência**, v. 15, n. 21, p. 123-142, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8731/6734>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. Memória? Isto é outra história. In: MARCHIORI, Marlene (Org.). **História e memória**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac, 2013. p. 31-41. (Coleção faces da cultura e da comunicação organizacional; 4).

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória: combates pela história. **Revista Latinidade**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/latinidade/article/view/17884>>. Acesso em: 11 maio 2018.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. A Geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 111-130.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (Org.). **Raízes da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 143-154.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011. p. 15-27.

NUNES, Maria Thetis. A ocupação territorial da Vila de Itabaiana: a disputa entre lavradores e criadores. In: SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. **A Propriedade Rural**. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: ANPUH, 1976. p. 407-420. v. 2.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer. In: _____. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 15-38.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A construção social da memória. In: _____. **Memória coletiva e teoria social**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2012. p. 39-99.

SILVA, Francisco C. Teixeira da. Conquista e colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 33-94.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Métis: história & cultura**, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592>>. Acesso em: 11 maio 2018.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcos A. de. **Memórias sobre a capitania de Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe; Secretaria do Estado da Cultura, 2005. p. 59-64.

Entrevistas

C. S. Ouro. [abr. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.

_____. Urbanização. [abr. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.

E. A. Pecuária. [fev. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.

J. S. Agricultura. [dez. 2016]. Entrevistadores: Fabrícia de Oliveira Santos, João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2016.

_____. Água. [dez. 2016]. Entrevistadores: Fabrícia de Oliveira Santos, João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2016.

_____. Manifestação cultural. [dez. 2016]. Entrevistadores: Fabrícia de Oliveira Santos, João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2016.

J. S. Agricultura. [mar. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.

_____. “Caminhos” [mar. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.

_____. Transformações espaciais. [mar. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.

J. A. C. S. Agricultura. [abr. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.

_____. Manifestação cultural. [abr. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.

J. C. S. Urbanização. [abr. 2017]. Entrevistador: João Pedro Celestino dos Santos. Itabaiana, 1 arquivo, Transcrito. 2017.